

O TERMO “INFERIOR” NA LEGISLAÇÃO MILITAR: MERA ALUSÃO A MENOR GRAU OU RESPALDO À DESIGUALDADE

Alcionir Urcino Aires Ferreira

Desde a instituição do Estado Democrático de Direito no Brasil, albergado pela Constituição Federal de 1988, tem-se buscado, em todos os âmbitos, jurídico e social, a igualdade entre os cidadãos. Os tempos mudaram e, em muito, para melhor. Alguns aspectos negativos, porém, insistem em permanecer e, embora pareçam de pequena monta, certas situações somente respaldam a cultura de demérito de uma pessoa em função de outra.

A legislação militar, a seu turno, na contramão disso, em pouco ou nada tem sido alterada nesse contexto a fim de se conciliar aos ditames regamente definidos, restando várias situações pendentes de adequação as quais se viram recepcionadas pela Carta de 1.988, como é o caso do Código Penal Militar - CPM e do Código de Processo Penal Militar - CPPM, estatuídos pelos Decreto-Lei nº 1.001 e 1.002, respectivamente, de 21 de outubro de 1.969, portanto, durante o regime militar, há mais de 50 anos.

Sempre bom lembrar que tanto o CPM quanto o CPPM foram introduzidos no sistema normativo brasileiro por meio de decretos-lei e, por tal razão, não sofreram o processo legislativo prévio para sua conversão em normas, em que pese terem sido recepcionados nesta modalidade pela Carta Política de 1988.

A exemplo disso, veja-se o que expressam alguns artigos do referidos Códigos:

No CPM:

Art. 38 (...)

§ 2º Se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou há excesso nos atos ou na forma da execução, é punível também o inferior.

Art. 47 (...)

*I - a qualidade de superior ou a de **inferior**, quando não conhecida do agente;*

*II - a qualidade de superior ou a de **inferior**, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação é praticada em repulsa a agressão.*

Art. 53 (...)

*§ 5º Quando o crime é cometido por **inferior** e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os subordinados que exercem função de oficial.*

*Art. 175. Praticar violência contra **inferior**:*

*Art. 176. Ofender **inferior**, mediante ato de violência que, por natureza ou pelo meio empregado, se considere aviltante:*

“Art. 218 (...)

*IV - na presença de duas ou mais pessoas, ou de **inferior** do ofendido, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.*

No CPPM:

Art. 675 (...)

*§ 2º Nos casos de violência praticada contra **inferior** para compeli-lo ao cumprimento do dever legal ou em repulsa a agressão, os autos do inquérito serão remetidos diretamente ao Conselho Superior, que determinará o arquivamento, se o fato estiver justificado; ou, em caso contrário, a instauração de processo.*

Posta a questão, de se ver que não são poucos os dispositivos que se vestem dessa aberração jurídico-legislativa. O termo “inferior”, contido nos balizados Códex, ao tratar de militar de menor grau hierárquico, denota a existência de relação depreciativa, de pequenez de um perante outro, de desigualdade, isso mesmo sem jamais ter deixado de lado os fundamentos da hierarquia e da disciplina, molas mestras nas quais se sustentam as forças militares.

Segundo os dicionários pátrios, o termo “inferior” reporta ao significado de menor ou de baixa qualidade, ou ainda, que está por baixo, de menor valor em categoria e dignidade, o que não condiz com a situação atual dos militares, independente da patente que ocupam, pois, não é o que busca a Constituição em suas mais amplas perspectivas.

Já o termo “subordinado”, a seu turno, demonstra claramente essa designação de graus hierárquicos, expressando aquele que está sob as ordens de um superior, dependente de alguém ou de alguma coisa. Como se constata, o termo “subordinado” conforma precisamente a vinculação apresentada pela hierarquia militar, não acarretando um menosprezo, uma desqualificação àquele que está em situação de menor grau perante outro.

Inobstante, o termo “subordinado” já é amplamente conhecido e utilizado no meio militar para se referir a graus hierárquicos menores, o que melhor lastreia a relação, porém não é unificado na legislação castrense. Com a Carta Política de 1988, todavia, já não cabe tais discrepâncias normativas e a manutenção dessa terminologia afronta diversos princípios, além da igualdade, o da isonomia, da dignidade da pessoa humana.

Não há mais espaço na sociedade brasileira para razões que possam levar um ser humano a ocupar um lugar depreciativo, de menoscabo em comparação a outro, em destaque para as questões profissionais, *in casu*, as hierárquicas militares.

Decorridos mais de meio século desde a entrada em vigor do CPM e do CPPM, não se pode afirmar plenamente a verdadeira intenção do idealizador na inserção do termo “inferior” ao conteúdo normativo castrense. Depreende-se que seria apenas uma correlação de subordinação em paralelismo sintático ao termo “superior”. No entanto, do que se percebe, o vocábulo se mostrou hodiernamente inadequado.

Há ainda o que ser aperfeiçoado para se harmonizar a legislação brasileira aos ditames nitidamente determinados pela Ordem Constitucional e pelas normas internacionais das quais o País é signatário. Notório constatar que, obliquamente à legislação penal comum, a legislação penal e processual penal militar em pouco ou nada experimentaram de atualizações nesse período de vigência.

Substituir o termo “inferior” por “subordinado”, portanto, é, não somente uma medida urgente e necessária, revela-se numa medida justa, de adequação da legislação militar à Constituição. Ademais, essa mudança não provocará qualquer fissura ou insegurança nas relações jurídicas das forças militares. A alteração somente trará benefícios àqueles profissionais que já são exigidos por meio de

regras excessivamente recrudescidas e, por vezes, arcaicas, engrandecendo, com isto, o valor de cada um, preservando e enaltecendo o princípio constitucional da hierarquia e da disciplina. Cabe, portanto, aos juristas e legisladores ações imediatas pela mudança dessa designação normativa retrógrada, ultrapassada.

SOBRE O AUTOR: Alcionir Urcino Aires Ferreira é Advogado e Economista, graduado pela Universidade Católica de Brasília, especialista em Direito Penal e Direito Militar. É Major da Reserva Remunerada do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Foi instrutor de Direito e de Legislação em diversos cursos no Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Atuou na Assessoria Parlamentar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Trabalhou em instrução de processos disciplinares na Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Exerceu a função de assessor na Casa Militar do Distrito Federal. É membro das Comissões de Direito Eleitoral e de Igualdade Racial, além de ter sido membro da Comissão de Direito Militar da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal. É membro fundador da Associação dos Militares Bacharéis em Direito (AMBD) e do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militar e das Polícias Militares do Brasil (FONAP). Possui diversos artigos publicados em outros meios eletrônicos e Revista Consulex.

Referencial bibliográfico:

BRASIL, Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969).

BRASIL, Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969).

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988.